



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SDI-2 - Cadeira 10
MS 1002813-74.2018.5.02.0000
IMPETRANTE: [REDACTED]

IMPETRADO: JUÍZO DA 13ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO

Vistos, etc.

Inicialmente, cumpre registrar que a requerente impetrou o mandado de segurança nº 029040027.2001.5.02.0013, cuja inicial foi indeferida de plano, eis que a apólice apresentada naquela oportunidade não garantia o valor atualizado da execução (R\$ 300.000,00), acrescidos de 30% (fls. 525/526).

Recebidos os presentes autos por prevenção, na forma do art. 146, §3º do Regimento Interno deste E. Tribunal.

Trata-se de novo mandado de segurança impetrado por [REDACTED] contra ato praticado pelo MM. Juízo da 13ª Vara do Trabalho de São Paulo nos autos da reclamatória nº 029040027.2001.5.02.0013. Informa ter realizado endosso na apólice de seguro, tendo como garantia o valor de 390.000,00, correspondente ao montante da execução acrescido dos 30% (fls. 522/524), visando garantir a execução dos créditos deferidos e substituir a penhora em ativos financeiros junto à empresa Telefonica Brasil S/A, consoante estabelecido no art. 835, §2º, do Código de Processo Civil, mas teve o seu requerimento novamente indeferido pelo MM. Juízo da execução, posicionamento que entende ter violado seu direito líquido e certo.

Postula a concessão da segurança, inclusive em caráter liminar, para que seja determinada aceitação do seguro-garantia judicial para garantia da execução, além de requerer a imediata suspensão da ordem de penhora em crédito.

Pois bem. O mandado de penhora e a certidão do Oficial de Justiça (fls. 438/440) demonstram a penhora de créditos no importe de R\$ 3000.000,00, atualizado até 01/09/2018, e o endosso da apólice a fls. 522/524 evidencia a garantia de R\$ 390.000,00, valor que observa o preconizado no dispositivo legal mencionado.

Após a vigência da Lei nº 13.467/17, o seguro-garantia judicial

passou a ser admitido como forma de garantia da execução, conforme nova redação do art. 882 do Norma Consolidada.

No mesmo sentido, o entendimento jurisprudencial contido na Orientação Jurisprudencial nº 59 da SDI-II do C. TST:

59. MANDADO DE SEGURANÇA. PENHORA. CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA. SEGURO GARANTIA JUDICIAL (nova redação em decorrência do CPC de 2015) - Res. 209/2016, DEJT divulgado em 01, 02 e 03.06.2016

A carta de fiança bancária e o seguro garantia judicial, desde que em valor não inferior ao do débito em execução, acrescido de trinta por cento, equivalem a dinheiro para efeito da gradação dos bens penhoráveis, estabelecida no art. 835 do CPC de 2015 (art. 655 do CPC de 1973).

Nesse contexto, evidente a pertinência do direito material invocado pela requerente, pois a carta de fiança bancária e o seguro-garantia judicial no valor do débito em execução, acrescido de trinta por cento, equivalem a dinheiro para efeito da gradação dos bens penhoráveis, estabelecida no art. 835 do atual CPC.

Presente, ainda, o *periculum in mora*, pois os créditos da impetrante junto à empresa Telefonica S/A encontram-se sob constrição judicial, havendo possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação.

Assim, concedo liminarmente a segurança pleiteada para determinar a admissão do seguro-garantia judicial para garantia da execução. Quanto à ordem de penhora em crédito, a suspensão respectiva deverá aguardar o julgamento do presente *mandamus*, caso seja concedida a segurança e confirmada a decisão liminar pelo órgão colegiado.

Oficie-se a MM. Autoridade Coatora, inclusive para que, no prazo de 10 dias, preste as informações necessárias.

Intime-se a impetrante.

Cite-se o litisconsorte.

SAO PAULO, 18 de Outubro de 2018
SONIA MARIA DE BARROS
Desembargador(a) do Trabalho



Assinado
eletronicamente. A
Certificação Digital
pertence a:



[SONIA MARIA DE 18101815144226900000037599798 BARROS]

[https://pje.trtsp.jus.br
/segundograu/Processo
/ConsultaDocumento
/listView.seam](https://pje.trtsp.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam)